

Relatório Síntese do Seminário sobre Outorga e Alocação de Água em Bacias Críticas

O seminário sobre outorga e alocação de água em bacias críticas foi realizado na data 07 de julho de 2015, no Auditório Flávio Terra Barth – Sede da Agência Nacional de Águas (ANA). Foi uma realização da Agência Nacional de Águas (ANA), por solicitação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA). O tema está em discussão na Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

O seminário contou com 129 participantes, entre órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, comitês e agência de bacia, ministérios, indústrias, empresa de saneamento, consultores, entre outros. Houve a participação de 48 servidores da ANA.

Na abertura do seminário, a Presidente da CTPOAR – Ellen Pantoja destacou que o tema do seminário foi uma demanda do CNRH para a CTPOAR, que entendeu ser necessário ampliar a discussão com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração de uma possível minuta de Resolução do CNRH.

Em seguida, o Diretor da Área de Regulação da ANA – Gilberto Lotufo deu boas-vindas aos participantes destacando alguns aspectos importantes relacionados ao tema do seminário, tais como: aspectos socioeconômicos relacionados à outorga; necessidade de conhecimento detalhado da bacia ou área de influência, como a hidrologia da bacia; vazões de referência versus riscos associados; sistema único ou integrado de informações nas bacias de diferentes domínios; regras para alocação de água na escassez, considerando o uso eficiente da água; necessidade de definição de prioridades de uso; definição de regras de forma a se antecipar às crises; articulação institucional em bacias com mais de uma dominialidade, observando que existem diversidades entre as bacias e situações, bem como interesses diferentes em bacias compartilhadas.

O Diretor Gilberto Lotufo finalizou destacando que a solução para esses problemas não está necessariamente na câmara técnica do CNRH, mas sim no aprender fazendo, de acordo com as diferentes realidades do país.

O seminário discutiu a outorga e a alocação de água tanto em bacias críticas por expansão da demanda, como por exemplo nas regiões de expansão da agricultura irrigada no cerrado brasileiro, como em bacias críticas por escassez natural, típico da região semiárida.

Nesse sentido foram feitas nove apresentações seguidas de discussões no final da manhã e da tarde. Inicialmente, a ANA apresentou as seguintes questões que serviram de referência para discussões no seminário:

1. Quando identificar uma bacia como crítica?
2. Qual entidade deve monitorar e declarar uma bacia como crítica para fins de outorga?
3. Como estabelecer regras e assegurar o controle de usos em bacias compartilhadas por mais de um Estado?
4. Como revisar outorgas existentes e realocar água entre usuários?

5. Como acomodar a pressão por expansão da demanda e permitir a entrada de novos usuários?
6. Como incentivar o aumento da eficiência dos usos da água?

Durantes as apresentações, alguns temas foram postos de forma a trazer informações e possibilidades para o aprimoramento da outorga e alocação de água em bacias críticas, entre eles:

- Conceito de criticidade relacionado à superação das disponibilidades hídricas outorgáveis pela demanda.
- Necessidade de serem definidos usos prioritários, bem como restrições seletivas de consumo em bacias críticas.
- Níveis mínimos de eficiência do uso da água.
- Necessidade de estabelecimento de regras permanentes para alocação de água.
- A autoridade outorgante como o definidor de criticidade da bacia, considerando que é a instituição que controla as demandas e disponibilidades hídricas.
- O uso de medidas estruturais (aumento da disponibilidade hídrica) e não estruturais (aumento da eficiência do uso da água, racionamento dos usos não prioritários).
- Questionamento sobre o uso de vazões de estiagem ($Q_{7,10}$, Q_{95} , Q_{90}) como vazões de referência para a outorga, desconsiderando a possibilidade de alguns usuários aceitarem outorga associada a riscos maiores.
- Necessidade de uniformização de critérios de outorga e integração de informações em bacias compartilhadas.
- Participação dos comitês de bacia hidrográfica nas discussões.
- Uso de outorga coletiva ou processo único como instrumento de alocação de água entre usuários de uma bacia crítica.
- A importância da infraestrutura hídrica nas bacias críticas por escassez natural, com a integração da construção, operação e gestão dessa infraestrutura.
- Nas bacias compartilhadas com múltipla dominialidade, não há garantia de cumprimento de marcos regulatórios pactuados entre autoridades outorgantes.

CONCLUSÕES

Após realização das apresentações e debates, este relatório apresenta as seguintes conclusões sobre o seminário:

- As bacias consideradas críticas são aquelas nas quais as demandas se aproximam ou superam as disponibilidades hídricas outorgáveis. Nessas bacias, existem restrições ou dificuldades de serem emitidas novas outorgas de direito de uso de recursos hídricos, seja qual for o critério adotado.
- Sobre a competência para definição ou declaração de criticidade de uma bacia, foi marcante o conceito de que a autoridade outorgante é quem deve declarar a bacia como

crítica, uma vez que se constitui na instituição que exerce o monitoramento e o controle sobre as demandas e as disponibilidades hídricas existentes.

- Para o aprimoramento da gestão nas bacias críticas, a outorga deve estar integrada aos outros instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, como por exemplo os planos de recursos hídricos, que devem apresentar consequência regulatória.
- Em bacias hidrográficas compartilhadas, deve haver a uniformização de critérios de outorga, bem como a integração de informações entre os órgãos gestores de recursos hídricos.
- Algumas autoridades outorgantes apresentaram normativos próprios para o enfrentamento do problema.
- As discussões sobre vazões de referência e riscos de desatendimento, alocação de água, regras permanentes antecipando-se às crises, restrições e uso eficiente da água, entre outros, devem acontecer observando-se a complexidade e diversidade de situações existentes no país. Nesse sentido, considera-se que não deva existir uma única solução regulatória para a aplicação da outorga nas bacias críticas.
- Pode ser prematuro a elaboração de uma Resolução do CNRH sobre definição de critérios de outorga e alocação de água nas bacias consideradas críticas. As autoridades outorgantes devem aprimorar a aplicação de seus normativos e propiciar a troca de informações sobre soluções adotadas, visando a um amadurecimento do tema no país.

APRESENTAÇÕES

As apresentações dos palestrantes e o áudio do seminário estão disponíveis na Internet no site:

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/evento.aspx?IDEvento=232>

ANEXOS

Anexo I – Programação do Seminário.

Anexo II – Lista de presença.

Anexo I – Programação do Seminário

Programação

	Temas		Palestrante
8h00 – 8:30h	Recepção		
8h30 – 9h	Abertura		SRHU & ANA
9h – 9h25	Outorga em bacias críticas compartilhadas: diagnóstico e experiências		ANA
9h25 – 9h50	Bacias críticas por expansão da demanda	Conceituação do problema e possíveis soluções	Prof. Antonio Lanna, PhD, Colorado State University
9h50 – 10h15		A visão dos Comitês de Bacia: Paranaíba	CBH Paranaíba
10h15 – 10h40		A visão dos órgãos gestores: Minas Gerais	SEMAD/MG & IGAM
10h40 – 11h00		Coffee break	
11h – 11h25		A visão dos órgãos gestores: São Paulo	DAEE/SP
11h25 – 12h30		Discussão	
12h30 – 14h00	Almoço		
14h – 14h25	Bacias críticas por escassez natural	Conceituação do problema e possíveis soluções	Prof. Joana Darc, DSc, IPH/UFRGS, Professora da UFRN
14h25 – 14h50		A visão dos Comitês de Bacia: Verde Grande	CBH Verde Grande
14h50 – 15h15		A visão dos órgãos gestores: Ceará	COGERH
15h15 – 15h35		Coffee Break	
15h35 – 16h		A visão dos órgãos gestores: Rio Grande do Norte	IGARN
16h – 17h30		Discussão	
17h30 – 18h	Encerramento		ANA

Anexo II – Lista de presença.